

ARAKEN DE ASSIS

**RESOLUÇÃO DO
CONTRATO POR
INADIMPLEMENTO**

7.ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

1912 • 2022

110
ANOS

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de

Resolução do Contrato por Inadimplemento / Araken de Assis. -- 7. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia

ISBN 978-65-260-0970-3

1. Contratos - Rescisão - Brasil 2. Inadimplemento - Brasil 3. Resolução (Direito Civil) - Brasil I. Título.

22-114112

CDU-347.449(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Contratos : Resolução : Direito Civil 347.449(81)
2. Brasil : Resolução de contratos : Direito Civil 347.449(81)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

NOTA À 7. ^a EDIÇÃO	7
NOTA À 6. ^a EDIÇÃO	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	15
1 LINEAMENTOS DA RESOLUÇÃO.....	17
1.1 Localização do instituto.....	17
1.1.1 Fundamento legal da resolução.....	17
1.1.2 Domínio de atuação do instituto	19
1.1.2.1 Resolução e “contrato”	19
1.1.2.2 Crítica aos modelos dos Códigos de 1916 e de 2002...	20
1.1.2.3 Negócio bilateral e contrato	21
1.1.2.4 Bilateralidade típica e resolução.....	22
1.1.2.5 Noção de contrato bilateral.....	23
1.1.2.6 Extensão da reciprocidade no contrato bilateral.....	25
1.1.2.7 Resolução e contrato oneroso	26
1.1.2.8 Equivalência entre contrato bilateral e contrato de prestações recíprocas	27
1.1.2.9 Síntese do campo resolutório: bilateralidade.....	29
1.1.3 Opção entre a pretensão à resolução e à prestação.....	29
1.1.3.1 Falta de limites prévios à resolução.....	30
1.1.3.2 Renúncia prévia da pretensão à resolução.....	31
1.1.3.3 Natureza da demanda de cumprimento	33
1.1.3.4 Consequências da escolha: <i>jus variandi</i>	33
1.1.4 Notícia histórica do instituto.....	38
1.2 Extensão do instituto.....	41
1.2.1 Espécies e sistemas da resolução	41
1.2.2 Limites da resolução legal.....	46

2	PERFIL DO DIREITO À RESOLUÇÃO	49
2.1	Espécies de resolução e a interpretação dominante do fundamento legal.....	49
2.2	Fundamento da resolução.....	53
2.2.1	Premissa das teorias explicativas do fundamento da resolução...	53
2.2.2	Teoria da condição implícita.....	54
2.2.3	Teoria da causa.....	58
2.2.4	Teoria da sanção.....	62
2.2.5	Teoria da interdependência.....	63
2.2.6	Teoria do poder dispositivo	64
2.2.7	Teoria da equidade.....	65
2.3	Conceituação do remédio resolutório.....	66
3	PRECISÕES CONCEPTUAIS E INSTITUTOS AFINS À RESOLUÇÃO ...	69
3.1	“Rescisão” do contrato bilateral.....	69
3.2	Denúncia e resolução.....	71
3.3	Resolução e rescisão.....	74
3.4	Resolução e revogação	76
3.5	Resolução e caducidade	78
3.6	Resolução e invalidade.....	79
4	FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO À RESOLUÇÃO POR INADIMPLEMENTO	83
4.1	Efeitos do inadimplemento.....	83
4.2	Fases do processo obrigacional.....	84
4.3	Inadimplemento: causas e efeitos	86
4.4	Inadimplemento absoluto.....	88
4.4.1	Espécies de inadimplemento absoluto.....	88
4.4.2	Inadimplemento antecipado e resolução.....	90

4.4.3	Objeto do inadimplemento absoluto	93
4.4.3.1	Prestação principal	94
4.4.3.2	Deveres e prestações acessórias	95
4.4.4	Inadimplemento absoluto e resolução	97
4.5	Inadimplemento relativo.....	100
4.5.1	Inadimplemento relativo e resolução.....	100
4.5.1.1	Mora: culpa e imputabilidade.....	100
4.5.1.2	Constituição em mora	102
4.5.2	Retardamento e inutilidade da prestação	104
4.6	Adimplemento ruim.....	106
4.6.1	Caracterização.....	106
4.6.2	Adimplemento insatisfatório e resolução	107
4.6.3	Resolução e <i>substantial performance</i>	109
4.7	Legitimação ativa da demanda resolutória	113
4.7.1	Norma geral de legitimação	114
4.7.2	Litiscônsórcio ativo na demanda resolutória	116
4.7.3	Impossibilidade de restituir e legitimação	119
4.7.4	Legitimação ativa superveniente.....	119
4.7.5	Legitimação passiva na demanda resolutória.....	120
5	EFEITOS DA RESOLUÇÃO POR INADIMPLEMENTO IMPUTÁVEL....	121
5.1	Natureza do direito à resolução	121
5.2	Eficácia resolutiva e perdas e danos.....	123
5.3	Ações resolutórias contrapostas.....	128
5.4	Prazo para demandar a resolução	129
5.5	Liberação dos parceiros.....	130
5.6	Eficácia restitutória	131
5.6.1	Relação jurídica de liquidação	131
5.6.2	Fundamento da eficácia restitutória e sua profundidade.....	132
5.6.2.1	Resilição e desfazimento do contrato	134
5.6.2.2	Resolução parcial do contrato	135

14 | RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INADIMPLEMENTO

5.6.3	Eficácia restitutória entre os parceiros	136
5.6.3.1	Momento e forma das restituições.....	139
5.6.3.2	Restituição da coisa e de seu equivalente	140
5.6.3.3	Restituição das prestações pecuniárias e seu reajuste monetário	145
5.6.3.4	Restituição das prestações <i>faciendi</i>	147
5.6.4	Eficácia restitutória frente a terceiros	147
5.6.4.1	Manutenção dos atos de administração.....	148
5.6.4.2	Desfazimento dos atos de disposição	149
BIBLIOGRAFIA		153
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....		165